

historia: fronteiras



Vol. II

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)

Volume II



História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

ALEGORIAS DA NAÇÃO CENTENÁRIA

Noé Freire Sandes
Universidade Federal de Goiás

Recordo-me do velho prédio em que iniciei minha vida escolar: os muros guardavam uma construção de tom avermelhado onde diariamente cantávamos hinos em homenagem à pátria com óbvia hierarquização: primeiro o nacional, depois o da independência e finalmente o hino da escola. A escola ainda existe em Fortaleza, chama-se Colégio 7 de setembro. Nunca pensei que tal data me levaria décadas adiante a empreender um estudo sobre a rotinização dos festejos pátrios. Quando criança, a farda de gala, cheia de botões dourados, parecia um sonho. A parada era motivo de grande mobilização: as ruas cheias de meninos e meninas das mais variadas idades e o grandioso arsenal de armas que atiçava a nossa curiosidade. No céu, aviões faziam piruetas e assistíamos extasiados a esse espetáculo.

Até então, nada sabia acerca do 07 de setembro, além do filme em que o galã Tarcísio Meira fazia o papel de D. Pedro. Quase todas as crianças que moravam em Brasília, em 1972, assistiram o filme, sob a vigilante olhar dos professores que nos acompanhavam em mais uma atividade cívica. Para minha surpresa, pouco aprendi sobre o tema nos demais anos de colégio. Na verdade, a independência era um tema menor, o que se contava era que não houve independência alguma e se realçava o sentido dependente de nossa economia. De uma forma mais elaborada, repetia-se o mesmo discurso na universidade: o fundamental era a compreensão do sistema colonial, do sentido da colonização etc.

Capturado pelo debate sobre a formação nacional, voltei-me para entender a memória da independência. Não me interessava discutir, propriamente, a conjuntura econômica e política do século XIX, mas guardava na memória o eco dos hinos, a agitação da parada, o dia da pátria nomeando ruas, a cor da mi-

nha escola. Enfim, a independência situava-se em uma dimensão simbólica que não podia ser descartada e que se transformou em problema a ser investigado: a invenção do Brasil. Na verdade, nosso interesse reside em acompanhar a produção simbólica em torno do ato de nossa emancipação política, expressão da própria formação nacional.

Elegemos, a princípio, o marco da independência como momento de fundação nacional, expressão da união de diversos grupos sociais em torno da figura do príncipe. O gesto emblemático que anunciou a emancipação nacional, adquiriu força de um lugar de memória a dominar a imaginação nacional. Memória e história associaram-se na formulação de um marco de identidade que ganhou perenidade resistindo ao tempo e à crítica histórica. Certamente os historiadores anunciaram, em demasia, as limitações da idéia de independência no Brasil, cômicos da frágil base social e política sobre a qual se assentou os alicerces da nação brasileira. A escravidão, a dependência econômica e a continuidade do elemento português na direção do país sinalizavam os limites do projeto nacional que se pretendia implantar no Brasil.

O sete de setembro, apesar de toda crítica, permaneceu como repositório da memória nacional, cuja simbologia ainda hoje é repetida nas escolas, apresentando o ato do príncipe como gesto fundador da nacionalidade. A operação de desqualificar a história tradicional sob a pecha de uma história ideológica resulta, na verdade, na contraposição entre uma história verdadeira (não ideológica) e outra falsa ou celebrativa, o que acaba impedindo que o exercício da crítica histórica se estenda para a elaboração da própria mitologia histórica, ou seja, que a história não seja também percebida como um exercício imaginativo, no qual recriamos o passado, a memória e nossa própria identidade.

A elaboração da história nacional segue, portanto, um movimento complexo de apropriação de memórias localizadas, cuja ordenação origina um sentido temporal explicativo da constituição da nação, personalização do todo, coleção de indivíduos. Formando-se desse modo, a narrativa histórica produz a história nacional na forma de biografia, identificando a gênese da nação com base na recomposição de uma memória distante da experi-

ência concreta dos grupos sociais, mas, ainda assim, imaginada no intuito de criar um sentimento coletivo de pertencimento à nação. Dessa forma, a história nacional confunde-se com a elaboração de uma narrativa mítica capaz de explicitar o nascimento de um novo sujeito social, o Brasil.

Na formulação da genealogia nacional, a narrativa histórica segue as pistas de um tempo dominado pelo documento como método de reflexão sobre o passado, articulando o conhecimento disperso regionalmente e implementando uma síntese histórica capaz de simbolicamente explicar e fundar o Brasil: índios, negros, brancos, história e geografia, guerras, acontecimentos, biografias, documentos, principalmente documentos. Todo este acervo, mais que compreender, quer predizer o sentido de nossa evolução histórica por meio de uma demonstração indutiva em que, fixado o ponto de partida, segue-se o itinerário necessário para se chegar ao que somos, ou seja, à nação brasileira. O passado, sob a forma de processo, aparece como conseqüência lógica do gesto iniciático do descobrimento ou da independência, uma vez que as circunstâncias da colonização, de antemão, preparam o momento da libertação nacional, tal qual a velha imagem da colheita de um fruto maduro. A narrativa histórica naturalizada exige o estabelecimento de um fluxo linear no qual a imbricação de causas e conseqüências formulam um tipo de trama histórica verossímil, capaz de anular a possibilidade de uma outra narrativa.

A proclamação da República exigiu que se interrompesse a narrativa histórica fundada pela família real, deslocando a mística nacional para as lideranças republicanas e para o próprio exército. Mas, se bem atentarmos, a República não conseguiu redefinir a simbologia nacional. A permanência do hino, o prestígio pessoal de Pedro II e a presença das mais importantes figuras do Império à frente do governo republicano, deixavam claro o sentido de continuidade entre os dois regimes políticos. Aliás, na comparação entre os dois regimes, estava claro que a República aprofundara os vícios políticos herdados do Império. Essa sensação de derrota simbólica e política foi causa de constante instabilidade política nos primeiros anos de vida do regime republicano.

Com Campos Sales, o regime ganha certa estabilidade, decorrente do aprofundamento dos vínculos entre poder local e nacional em um acordo que significou a derrota do ideário republicano. Sem pretender retomar a crônica dos acontecimentos políticos da Primeira República, nota-se claramente o distanciamento entre o movimento de renovação política de 89 e as práticas políticas republicanas. O espectro da crise política rondou quase todos os governos republicanos, denunciando o envelhecimento precoce dos ideais que nortearam a deposição do Império. É nesse ambiente político que se empreende a um refazimento da narrativa histórica com base na valorização da experiência monárquica. A passagem do centenário da independência e os cem anos de nascimento do Imperador, Pedro II, suscitaram um processo de reelaboração da memória nacional que deixou claro a força da monarquia na imaginação nacional e o descrédito das instituições republicanas. Enfim, tratava-se de elaborar uma “colagem” em que a memória monárquica se associaria ao regime republicano em um complexo processo simbólico, no qual a nação recuperaria sua unidade política e simbólica em meio à efervescência política mundial e às constantes rebeliões de militares. O apelo ao passado conduz à reconciliação entre memória e história na recomposição da história nacional.

1100

A presença do rei no imaginário nacional recoloca em cena o debate sobre nação e identidade. O final do século passado assistiu à emergência do nacionalismo como força política em toda Europa, envolvendo, principalmente, alemães e franceses na disputa da região da Alsácia-Lorena¹. No Brasil, o debate ganhava contornos diferenciados. Não havia propriamente uma questão nacional aqui colocada. A homogeneidade da sociedade brasileira decorria de uma longa gestação histórica que incorporou as mais diversas regiões, cuja unidade é de difícil explicação, fugindo ao que poderia parecer natural e lógico.

É simplesmente espantoso que esses núcleos tão iguais e tão diferentes se tenham mantido aglutinados numa só nação. Durante o período colonial, cada um deles teve relação direta com a metrópole e o ‘natural’ é que, como ocorreu na América hispânica, tivessem alcançado a independência como comunidades

autônomas. Mas a história é caprichosa, o 'natural' não ocorreu. Ocorreu o extraordinário, nos fizemos um povo-nação, englobando todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política?

Ao "povo-nação", formado em um longo processo histórico, agrega-se a figura do Estado, uma das chaves para compreensão da unidade nacional? sem pretender refutar o espanto do antropólogo Darcy Ribeiro. Na passagem do Império à República, é justamente a redefinição do Estado-nação que está em jogo: a ausência do aparato jurídico, as grandes distâncias e a ausência de controle sobre o povo rude eram elementos impeditivos para a construção de uma imagem nacional condizente com o modelo europeu desejado pelas elites políticas. Não é casual que a formulação de uma imagem positiva para o brasileiro tenha se transformado em problema sociológico enfrentado por mais de um século.

Nas primeiras décadas do regime republicano, o Brasil apresentava sintomas de uma crise de identidade. A imperecível paternidade europeia manifestava-se ora como obstáculo na formulação de um ideário próprio, ora como um desejo de universalidade necessário para que, no confronto com o outro, a nação se encontrasse ainda que em sua forma híbrida. A constituição do nacional, no entanto, transcende à mera diferenciação externa. Há uma face interna que carece de uma feição específica. No século passado, a "inteligência" brasileira esmerou-se em identificar no índio o elemento nacional. Com a República, o debate em torno de nossa identidade assumiu contornos negativos. Associado à frustração decorrente da recente experiência política republicana, identificou-se no difuso "ser brasileiro" a origem de nossos males.

Seguindo as indicações de Benedict Anderson³, é possível identificar o esforço hercúleo de imaginação, no qual a literatura se envolveu ao traçar um caminho capaz de delinear o sentido do "ser brasileiro". Nesse percurso, pode-se detectar distintas direções em torno das representações do brasileiro: do índio alencariano, passando pela idealização do sertanejo de Euclides da Cunha ao traço caricatural de Lobato ou de Mario de Andrade, a imaginação nacional traçou retratos díspares e desencontrados do homem brasileiro. Revela-se, portanto, a dificuldade de deli-

mitação da “comunidade de sentimentos” definidores, parcialmente, da nacionalidade.

Limitando nossa análise às primeiras décadas do século, a visão predominante acerca do nosso povo é de todo negativa. Não é casual a força e a duração alcançada pela imagem do Jeca-Tatu como matriz do homem brasileiro. Imaginamos que tal representação foi reinterpretada ao longo dos anos e ainda conserva certa ambigüidade: a identificação do Jeca-Tatu como imagem negativa, de homem inculto e atrasado pode assumir um distinto significado. Da negatividade inicial, o Jeca reaparece com um sentido de oposição à ordem instituída, mas estas representações pouco se prestam para a formulação de um sentimento nacional, pois, como negação, indicam justamente a existência de um grau de heterogeneidade e rebeldia que o Estado-nação quer suprimir⁴. Essa rebeldia reaparece com o movimento modernista incorporando as renovações estéticas ocorridas na Europa, mas encontrando na articulação com a nacionalidade o seu próprio limite. Essa fronteira que separa o Brasil dos brasileiros vincula-se à difícil construção da idéia de cidadania que incita os intelectuais a, continuamente, redescobrir o Brasil, como no poema “Descobrimto” de Mário de Andrade:

1102

Abancado à escrivainha em São Paulo
 Na minha casa da rua Lopes Chaves
 De sopetão senti um friume por dentro
 Fiquei trêmulo, muito comovido
 Com o livro palerma olhando para mim
 Não vê que me lembrei que lá no norte, meu Deus! muito longe
 de mim
 Na escuridão ativa da noite que caiu
 Um homem pálido magro de cabelo escorrendo nos olhos,
 Depois de fazer uma pele com a borracha do dia,
 Faz pouco se deitou, está dormindo.
 Esse homem é brasileiro que nem eu⁵.

O poema coloca no centro do debate a contradição inerente às doutrinas nacionalistas: a contradição decorrente da rígida divisão de classes e o desejo de identidade que a nacionalidade comporta. A tensão entre o particularismo da nacionalidade e a universalidade da luta de classes constituem pedra angular de

todo o debate sobre o papel do nacionalismo como força mobilizadora de inúmeros projetos políticos hegemônicos na sociedade brasileira, a partir dos anos 20. No entanto, não se pode considerar o nacionalismo como um mero engodo, ainda que, permeado pela ambigüidade, o discurso nacional afirme a existência de um espaço específico, marcado por certa unidade cultural, onde a vida cotidiana realiza-se e elabora uma maneira singular pela qual compreendemos o mundo.

Em 1922, o Brasil completava cem anos de vida independente e para tanto,urgia iniciar um processo comemorativo, cujo sentido simbólico ganhou maior amplitude: deu-se aí um momento de refundação da memória nacional. Os festejos envolveram dimensões diversas, a nação centenária manifestou seu desejo de memória rememorando os anais da história nacional, mas paralelamente a isso, cuidou de festejar o presente, ou seja, a República. Cunhou-se, assim, as duas faces do processo comemorativo: internamente, procurou-se estabelecer uma releitura da experiência monárquica recuperando, assim, a imagem da monarquia. O príncipe, D. Pedro, foi incorporado como herói nacional, mas foi a figura de Pedro II que ganhou maior projeção, certamente pela imagem de honradez que se fortalecia na medida em que se aprofundava a anomia do regime republicano. A proximidade dos cem anos de nascimento do imperador ensejou farta comemoração, demonstrando, claramente, que já não mais havia o que temer dos antigos monarquistas, pelo contrário, celebrava-se nos cem anos de nascimento do imperador, a pacificação da memória. A face externa do processo comemorativo envolvia a montagem de um grande espetáculo; enfim, o Brasil se apresentaria ao mundo em uma exposição internacional destinada a fortalecer a imagem do país na comunidade internacional. Seguiu-se então a tradição dos ritos celebrativos do progresso que marcaram o final do século XIX^o. No emblemático ano de 1922, foi inaugurada a Exposição Internacional, para que o Brasil se mostrasse ao mundo como nação próspera e independente, com tradição política e histórica. A visibilidade da nação perante o mundo constitui problema de vulto, força do desejo das nações latino-americanas afirmarem o seu pertencimento à civilização européia. As comemorações do

centenário da independência desdobram-se em vários sentidos: da atualização do mito da fundação nacional, representado pelo príncipe D. Pedro, até a celebração das realizações e do progresso encetados pela dinâmica política da República.

A festa representou um acontecimento social de importância entre as elites e marcou a vida da cidade. Dividida em duas partes, a nacional e a internacional, a exposição pretendia captar o respeito externo e avivar a estima dos próprios brasileiros, em um momento em que o pessimismo era difundido em toda sociedade. Seguindo a costumeira exibição dos avanços técnicos na indústria e na agricultura, a exposição fixava o lugar do Brasil ao lado da civilização européia. O calendário de festas iniciou-se em 7 de setembro, data na qual os embaixadores estrangeiros foram recebidos pelo presidente. Daí em diante, ocorreram sucessivas solenidades: instalação do Congresso de História da América; revista naval nas águas da Guanabara; inauguração de estátuas; comemoração do centenário de Gonçalves Dias; execução da ópera *O Guarani*; exposição de filmes referentes à história, geografia e natureza do Brasil etc. A concepção arquitetônica da exposição foi marcada pelo ressurgimento do estilo colonial mesclado com a influência neoclássica, de onde se destaca a cabeça de um selvagem brasileiro em meio a colunas jônicas⁷. As transformações urbanas ocorridas na preparação dos festejos do centenário, como o arrasamento do morro do Castelo, representaram uma continuidade da remodelação do Rio de Janeiro sob o comando de Pereira Passos, quando o saneamento do Rio constituiu bandeira política e meta do governo Rodrigues Alves. Sanear a cidade era uma condição necessária para assegurar a continuidade dos negócios agro-exportadores, que tinham no Rio um importante centro portuário na época. Além das questões econômicas, vinculou-se ao projeto sanitário uma avalanche de interesses que, através de uma postura autoritária, afastou a população pobre do centro da cidade. Segundo os cronistas da época, o Rio civilizava-se.

Nesse contexto, o arrasamento do morro do Castelo representava um passo decisivo para sepultar a velha cidade colonial frente à nova urbe que se erguia sob a sombra da imponente

Avenida Rio Branco. O intenso debate em torno do arrasamento do morro dividia as opiniões entre os que desejavam a preservação do Castelo e os que defendiam ou o arrasamento ou a remodelação do morro. No fundo, tratava-se de mensurar a capacidade de interferência do homem na natureza, símbolo definitivo de modernidade⁸. Os festejos do centenário evocaram o passado colonial e monárquico como uma etapa já cumprida do “destino nacional”, indissolúvelmente ligado à Portugal. O gesto lusitano de enviar ao Brasil, em comemoração ao centenário, a expedição aérea comandada por Sacadura Cabral e Gago Coutinho, rememora os tempos de proeminência ibérica. Os portugueses reapareceram então como heróis modernos, novamente pioneiros, na aventura da travessia do Atlântico Sul⁹.

A República certamente produziu, no centenário da independência, uma pacificação da memória histórica. Já não mais se escutava os ecos tormentosos das lutas da independência na Bahia, em Pernambuco ou no Pará. Comemorava-se no centenário o progresso da nação brasileira, sinônimo de vida republicana. Reconhecia-se o êxito do Império em conquistar a propagação da unidade nacional, mas o ideário republicano era parte de uma evolução natural no movimento de nossa história. Aí reside o núcleo simbólico fundamental das comemorações de 1922, se a exposição respondia ao presente demonstrando, em meio aos tumultos da rebelião do forte de Copacabana, às realizações republicanas restava, ainda, incursionar pelo passado, reunir monarquistas e republicanos em uma mesma história, una e indivisa, ou seja, tratava-se de pacificar o passado, missão cumprida firmemente pelo tradicional Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O olhar volta-se para o passado com o fito de elaborar uma linha de continuidade histórica, varrendo a diversidade do tempo e da história. No fundo, todo discurso de rememoração do Império alia-se às correntes políticas antiliberais que antecipavam sua visão do mundo político, no qual a República deveria ganhar um Rei, ou seja, tornava-se vital o reforço do poder presidencial.

Assim, a memória da independência ressurgiu como tema e emblema na consecução de um projeto conservador que se estende de Epitácio a Vargas. Este último, em 1939, inaugurou a

construção do mausoléu que, finalmente, abrigou os despojos de Pedro II e, em seu discurso, aproxima-se das vozes que transformaram o monarca em modelo de homem público¹⁰. A mensagem do presidente transformou a memória do Imperador em símbolo de construção da identidade do povo brasileiro, mas anteviu a perspectiva de um poder autônomo como um laço de continuidade entre o Império e a experiência autoritária do próprio Estado Novo. Aliás, o retorno à tradição monárquica foi incorporada por quase todos governos republicanos, demonstrando de forma cabal a imagem sedutora exercida pelo rei frente à instabilidade republicana.

Na outra vertente da mitologia política, fabricava-se um novo marco para pensar o Brasil, esboçado na conformação do movimento tenentista ao ideário político das camadas médias até a concepção da Revolução de 30 como projeto político antioligárquico. Fundado em uma perspectiva centralizadora, esse projeto ganhou concretude histórica no chamado Estado Novo, desaguadouro natural do projeto de memória nacional gestado nos anos 20, que Cassiano Ricardo registrou com maestria:

É que o Brasil só se realiza plenamente toda vez que o revive: é José Bonifácio combatendo o liberalismo francês, é Pedro I dissolvendo a Constituinte em favor da autoridade forte, é Feijó na regência evitando a dissolução das províncias, é Pedro II exercendo o seu poder pessoal, mais governando do que reinando, é Deodoro instituindo o presidencialismo e nos salvando do regime parlamentar, é Floriano o “Marechal de Ferro” consolidando a República. O Estado Novo encontra no fortalecimento do executivo e no maior poder pessoal do chefe, o exemplo histórico, e mais do que isso o exemplo de nossa formação social¹¹.

A citação dispensa comentários, mas impressiona o desejo de destruição da própria historicidade da sociedade brasileira, cujo sentido se encontra no ato da repetição do gesto conservador e na supremacia do Estado sobre a sociedade civil, desde o nascimento da nação brasileira.

NOTAS

¹FINKIELRAUT, A. *A derrota do pensamento*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

²RIBEIRO, D. *O povo brasileiro. Formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1995, p.273.

³ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

⁴Ver SANDES, N. F. "Nação e utopia: de "Urupês" ao Sítio do pica-pau amarelo". In *Revista Estudo*. Goiânia, UCG, vol. 20, nºs 01-04, 1993.

⁵Este poema foi citado por Malysse Meyer em um artigo intitulado: "Um eterno retorno: as descobertas do Brasil". In MARTINS, L. R. e outros. *Ciências Sociais Hoje: Trabalho e cultura no Brasil*. Recife, Brasília, ANPPCS/ CNPQ, 1981.

⁶HARDMAN, F. F. *Trem Fantasma: a modernidade na Selva*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

⁷Ver *Guia álbum da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1922.

⁸MOTTA, M. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro, Ed. FGV-CPDOC, 1992.

⁹A aventura portuguesa ganhou espaço na imprensa com a sugestiva imagem: para saudar uma nação livre manda-lhe os symbolos da suprema libertação: asas. In *Revista Eu sei tudo*, nº 62, set. 1922, fasc. 02 do ano VI, p. 07.

¹⁰*Jornal de Petrópolis*, 05/12/1939.

¹¹RICARDO, C. "O estado novo e seu sentido bandeirante". In *Revista Cultura e política*, vol. 01, 1941, p.132.